

ACESSIBILIDADE DO ESTUDANTE CEGO NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE: vivenciando na prática

Mauro Ernande Marcelino Matos¹
Maria de Fátima Rocha de Souza²
Antonia Eugenia de Oliveira³
Gerlânio Alexandrino de Alencar⁴

RESUMO

O presente trabalho compreende um relato de experiência ocorrido durante a disciplina de Fundamentos Histórico-Culturais da Educação Especial, que envolveu um passeio pelas instalações de uma Universidade no intuito de observar os espaços e as possíveis dificuldades enfrentadas pelo aluno cego. O objetivo foi provocar uma reflexão acerca da acessibilidade nas Universidades especificamente, para o aluno cego. A metodologia tratou-se de uma revisão de literatura com base nos autores que discorrem sobre deficiência, como também os documentos legais que nos deram suporte para esclarecimento sobre o tema em questão. Os resultados desta pesquisa serviram de esclarecimento sobre a acessibilidade para pessoa cega e os diversos obstáculos encontrados. Por este motivo é que pensamos também como deve estar o acesso às outras instituições, de modo geral. Conclui-se, que a estrutura física do prédio da Universidade apresenta obstáculos para o aluno cego necessitando de adaptações, já que, a construção do prédio não foi planejada para receber a pessoa com deficiência. A Universidade precisa ser promotora da educação inclusiva de maneira pedagógica e especializada auxiliando na construção de um pensamento inclusivo possibilitando modificações no contexto educacional.

Palavras - chave: Educação inclusiva. Universidade. Cegueira.

1 INTRODUÇÃO

Pensar o contexto educação inclusiva, é sem dúvida, um desafio, não só pelo que traz os documentos legais em se tratando da obrigatoriedade de se cumprir o que rege, sobretudo, pela adequação dos espaços que compreendem toda a estrutura física até a capacitação das pessoas, para garantir o acesso e inclusão, propriamente dita.

¹ Graduando em Pedagogia. Universidade Regional do Cariri – URCA. EIXO 9- Diversidade, Educação Especial e Inclusão. mauroernande@hotmail.com

² Graduanda em Pedagogia. Universidade regional do Cariri – URCA. EIXO 9- Diversidade, Educação Especial e Inclusão. mafa.rocha@hotmail.com

³ Graduanda em Pedagogia. Universidade Regional do Cariri-URCA. EIXO 9- Diversidade, Educação Especial e Inclusão. eugenia.jgo@gmail.com

⁴ Graduando em Pedagogia. . Universidade Regional do Cariri-URCA. EIXO 9- Diversidade, Educação Especial e Inclusão. gerlanioalencar7@gmail.com

Diante das discussões e da experiência vivenciada pelos espaços da instituição, é que pensamos o problema de nossa pesquisa: Será que as Universidades, sejam públicas ou privadas, estão preparadas para cumprir o que rege a lei quanto à acessibilidade?. Assim, justificamos este trabalho a partir de uma vivência teórico-prática pelos espaços de uma Universidade, evidenciar as barreiras enfrentadas pelos alunos com deficiência, neste caso alunos cegos.

Tendo, portanto como relevante conhecer parte desses obstáculos de maneira, notando as visíveis dificuldades de locomoção segura para todos os setores da Universidade sendo essencial a proposta de reflexão sobre as questões levantadas almejando superar esses obstáculos que impedem a inclusão de alunos cegos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A acessibilidade no ensino superior é um assunto que vem ganhando espaços para discussões cada vez mais e que tem despertado o debate no campo acadêmico objetivando uma maior reflexão sobre a acessibilidade para alunos com deficiência principalmente no que envolve a capacitação do educador como forma de contemplar o ensino destes alunos de forma satisfatória.

Fazendo uma ressalva ao contexto histórico sobre as lutas e movimentos para garantir os direitos que hoje os deficientes possuem, ou pelo menos, buscam atenuar as diferenças, destacamos o ano de 1981 que foi marcado pelas discussões como também a criação de várias associações em favor de seus direitos, contribuindo e muito para que as pessoas com deficiência percebessem o quanto a sua luta era e é imprescindível para a transformação de uma sociedade inclusiva, consciente e capaz de reconhecê-los como cidadãos que devem participar dos espaços que a ele também pertence, descartando a visão construída socialmente de que eles são marginais. (SASSAKI, 1997).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), sugere a inclusão de todos os alunos sem distinção quanto às suas necessidades educacionais especiais deixando claro que as escolas se adequem ao novo sistema de ensino, já que educação independe de características físicas, sociais, culturais ou intelectuais e todos têm o direito. Essas determinações podem ser vistas também na Declaração de Salamanca (1994),

documento este que amplia para outros países as políticas no sistema de ensino e hoje, esta inclusão não mais se estende à educação básica, ela adentra às universidades fortemente pela demanda de alunos com deficiência.

A inclusão pressupõe a aceitação, o acolhimento, como também a mudança no sistema de ensino e consequentemente nas práticas pedagógicas sem prejuízo para ambos, no sentido de alcançar o nível de aprendizagem para todos os alunos. Para tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/96) no capítulo V, artigo 59, trata da seguridade dos educandos com necessidades especiais, que vão desde o currículo, métodos de ensino, recursos, professores, entre outras disponibilidades.

Um aluno que adentra a uma instituição superior e que precisa de um atendimento diferenciado pode ocasionar num primeiro momento um grave problema ou desconforto pelo fato de demandar reestruturação, que vão desde a estrutura física até a contratação de profissionais capacitados, e por isso traz um maior desafio no contexto escolar na construção de um conceito inclusivista.

4 METODOLOGIA

O presente estudo é considerado de abordagem qualitativa, pois podemos descobrir novas fontes de significado durante o processo de investigação. Como destaca Minayo (2004, p. 21) “[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas [...]”, sendo o nosso intuito relatar a partir de uma experiência os desafios enfrentados pelo aluno cego. Tivemos como embasamento para a construção deste trabalho os autores que discorrem sobre o tema deficiência fundamentando esta pesquisa e consequentemente a experiência.

Neste sentido, escolheu-se uma aluna e com olhos vendados circulou pelos espaços da Universidade como Biblioteca, Departamentos, Caixa eletrônico, dentre outros, a fim de sentir as barreiras existentes e compreender os desafios enfrentados pelo estudante cego. Todos os momentos foram registrados, e era visível a insegurança da mesma ao fazer o percurso traçado. Explorou-se o caminho.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando se trata da inclusão de pessoas com deficiência, percebemos o quão ainda precisa ser feito para uma contemplação de qualidade para estes educandos, porém não podemos negar as significativas mudanças que vem ocorrendo.

A aluna enfatizou a precariedade da estrutura física, a insegurança que sentiu ao se locomover pelo interior da Universidade, relatando ter tido uma sensação de que a qualquer momento poderia machucar-se enquanto andava. Isso se deve as condições que ainda não são as ideais para um aluno cego. Também vemos o quão ainda deixa a desejar a inclusão da pessoa com deficiência, por falta de acessibilidade e também pela carência de profissionais capacitados para auxiliá-las.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incluir não significa apenas está matriculado em uma determinada instituição e que esteja frequentando a mesma, neste caso, a inclusão estaria sendo confundida com a inserção. A Universidade precisa ser promotora da educação inclusiva de maneira pedagógica e especializada auxiliando na construção de um pensamento inclusivo possibilitando modificações no contexto educacional.

Destacamos também o quão valioso foi esta experiência para nós, pois podemos compreender as dificuldades enfrentadas pelos alunos cegos e refletirmos sobre o envolvimento e socialização entre os seres humanos independentemente das suas diferenças, tendo assim, direitos iguais para todos, como o direito à acessibilidade, ao conhecimento sistemático, enfim, a ter uma vida social ativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 18.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.